

A GUERRA DOS 16 ANOS EM MOÇAMBIQUE: CAUSAS NACIONAIS OU INTERNACIONAIS?

THE WAR OF 16 YEARS IN MOZAMBIQUE: NATIONALS OR INTERNATIONALS CAUSES?

FELIZARDO GABRIEL MASSEKO

Mestre em Ciências Políticas e Estudos Africanos pela Universidade Pedagógica de Moçambique.

Professor da Escola Secundária de Muatala

Nampula, Nampula, Moçambique

Correio eletrônico: felizardomasseko@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1655-445X>

Recebido: 3/06/2019

Aceito: 20/12/2019

Publicado: 26/12/2019

Resumo: Moçambique conheceu uma das terríveis guerras civis do século XX, que tirou a vida de milhares de pessoas e destruiu o tecido social e econômico do país. A pertinência deste estudo deve-se pelas lacunas sobre o tema e pelas poucas discussões, sobretudo no meio acadêmico, acerca dos verdadeiros motivos dessa guerra entre irmãos. Pretende-se explicar as reais motivações do último conflito armado em Moçambique; distinguir os principais autores envolvidos neste; relatar a sua gênese e ilustrar as mudanças sociopolíticas, econômicas e culturais após o conflito. A guerra civil envolveu, de forma direta, o movimento de guerrilha – a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), o Governo de Moçambique, o regime de Ian Smith (1919-2007) e do Apartheid (1948). Com o fim do conflito armado, os verdadeiros vencedores foram os promotores da guerra. Apesar desta ter causado muitos prejuízos aos moçambicanos, houve uma grande vitória, que é a democracia. Para a materialização da pesquisa, foi aplicado o método bibliográfico, onde foi possível colher pontos de vista e análise de acadêmicos nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Moçambique. Guerra.

Abstract: Mozambique experienced one of the terrible civil wars of the twentieth century that killed thousands of people and destroyed the social and economic fabric of the country. The relevance of this research is due to the gaps on the subject and the lack of information in academic circles about the true reasons for the war between brothers. It is intended to explain the real motivations of the last armed conflict in Mozambique, distinguish the main authors involved and illustrate the main socio-political, economic and cultural changes after the war. The civil war directly involved the Mozambican guerrilla movement (RENAMO), the Mozambican government, the Ian Smith regime (1990-2007) and the Apartheid regime (1948). With the end of the armed conflict, the winners were promoters of the war. Although the war did a lot of damage to the Mozambicans, there was a great victory, which is democracy. For the materialization of this research the bibliographic method was used, when it was possible to obtain point of view and analyzes of national and international research.

Keywords: Mozambique. War.

Introdução

Moçambique é um país africano que recentemente viveu uma terrível guerra civil, que vitimou mais de um milhão de vidas humanas e destruiu o tecido social e econômico do país. A guerra que durou 16 anos terminou em 1992 com a assinatura de um acordo geral, conhecido por acordos de Roma, mas ainda existe na memória dos moçambicanos as marcas desta macabra guerra. Pouco se tem discutido no meio acadêmico sobre as causas deste conflito, não no sentido de culpabilizar os autores envolvidos, mas para se precaver de um novo conflito. O país vive instabilidade política. O barulho das armas tem soado em algumas zonas, sobretudo, naquelas em que existiam as principais bases do movimento de guerrilha da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Outrossim, existem lacunas sobre a história de Moçambique, principalmente sobre os verdadeiros motivos do último conflito armado. Pretende-se explicar as reais motivações do deste conflito em Moçambique tendo como objetivos específicos distinguir os principais autores envolvidos no conflito; relatar a origem do último conflito armado e ilustrar as mudanças sociopolíticas, econômicas e culturais após o conflito.

Com as independências das colônias europeias, os africanos esperavam por inúmeras vantagens advindas da liberdade. Em vez disso, tiveram que enfrentar novos e complexos desafios, como a construção de Estados-Nação, a democracia, os conflitos interétnicos, guerras internas, dentre outros. Alguns desses conflitos, como o caso moçambicano, foi resultado de influências externas. Com a última Guerra Mundial (1939-1945), houve duas grandes esferas de influência, a capitalista e a socialista, o que designou-se como Guerra Fria (1947-1991) para os países hegemônicos, e para os “periféricos” como os países africanos, asiáticos e latinoamericanos, foi uma genuína “guerra quente”, o que se justifica nos golpes de Estado, manifestações populares e guerras sangrentas em quase todos os países que tinham optado pela via de desenvolvimento socialista, como é o caso da Coreia do Norte, Vietname, Nicarágua, Angola, Moçambique. A Guerra Fria representou um autêntico duelo/desafio para os que tinham o apoio da União Soviética, pois eram vistos como regimes autoritários e não democráticos. Aliás, é por isso que alguns atores políticos em Moçambique, principalmente os partidos da oposição, preferem tratar o último conflito armado como guerra da democracia. Apesar das várias denominações – guerra da democracia; guerra de desestabilização, guerra civil; guerra entre irmãos; e na maioria das hipóteses, Guerra dos 16 anos; o certo é que foi muito cruel para os



moçambicanos, com a perda de vidas humanas irreparáveis, e com a destruição de infraestruturas sociais e econômicas gerando danos incalculáveis.

Portanto, independente de como se nomeie o último conflito armado e quaisquer que seja as causas, quer nacionais ou internacionais, a verdade é que, depois do conflito, alguns aspectos da governança conheceram novos contornos. Todavia, sabe-se que logo após a independência de Moçambique era impossível criticar abertamente ou publicamente o governo vigente, pois não havia espaço para a criação de associações ou grupos com ideias diferentes das do partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Contudo, assiste-se a liberdade de imprensa, de reunião, de expressão, de associação política, dentre outras liberdades. Então, será que a Guerra dos 16 anos foi um mal necessário? Quem são os grandes vencedores, os moçambicanos ou os capitalistas? Será que trouxe algumas vantagens apesar de muitas desvantagens? Quem são os protagonistas? Sabendo-se que o maior número de conflitos que aconteceram e continuam a acontecer no solo africano são étnicos, será que o último conflito armado em Moçambique tem como causa a etnicização? Estas e mais questões de reflexões serão abordadas nos próximos tópicos.

Para a materialização da pesquisa, foi aplicado o método bibliográfico, onde foi possível colher pontos de vista e análise de acadêmicos nacionais e internacionais, além de entrevistas documentadas de alguns atores/políticos da arena política nacional. Acredita-se que, com este gesto nobre e humilde de escrever um curto artigo sobre a história de Moçambique, a chamada “Pérola do Índico”, contribuirá para que os mais novos e as gerações vindouras compreendam não só os reais motivos do último conflito armado, quiçá, também reflitam sobre os cuidados para evitar conflitos idênticos.

Principais atores envolvidos no conflito armado

Neste tópico, serão rebatidos os autores envolvidos na Guerra dos 16 anos em Moçambique, a nível interno e externo, assim como o processo de criação da RENAMO, enquanto movimento de guerrilha, e as principais missões que recebeu dos seus “patrões”.

A fundação da RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique)

Moçambique é um país marcado por um passado trágico, pois os últimos 30 anos, concretamente entre 1964 e 1992, foram caracterizados por conflitos armados. O primeiro



destes, envolveu a FRELIMO e o exército colonial português, no período entre 1964 e 1974. O segundo, a RENAMO e o Governo de Moçambique, entre 1976 e 1992, sendo importante frisar que foi durante este período que os regimes de Ian Smith¹ (1919-2007) e do Apartheid² desencadeavam ataques militares diretos à Moçambique.

Assim, do momento do golpe de Estado em Portugal à Proclamação da Independência de Moçambique, foram desenvolvidos esforços com o intuito de constituir movimentos de oposição à FRELIMO, e alguns destes eram constituídos por dissidentes da própria frente, mas que não encontraram eco suficiente para se firmarem, por um lado, devido à popularidade que a FRELIMO granjeava e, por outro, à repreensão da própria.

Aqueles que mais detestavam a FRELIMO, temendo represálias, fugiram para o estrangeiro, levando consigo uma audácia para a sabotagem do regime. De acordo com Malyn Newitt³, o governo de Ian Smith foi o primeiro a dar algum apoio aos moçambicanos dissidentes. No entender de Newitt⁴, Jorge Jardim⁵ e o seu agente Orlando Cristina⁶ tinham fugido com alguns processos da Direção Geral de Segurança (DGS) e ajudado os rodesianos a fundar a RENAMO, recrutando elementos de unidades militares e paramilitares negras que haviam combatido nas tropas portuguesas.

Todas as evidências indicam que alguns moçambicanos, dissidentes e portugueses, tiveram uma participação na fundação da RENAMO, todavia, esta foi criada pela *Rhodesian Central Intelligence Organization*, e, como sabemos, o primeiro nome da organização foi em língua inglesa, a *Mozambique National Resistance* (MNR). Segundo Norrie Macqueen⁷, a RENAMO foi criada com duplo objetivo: a) o de proporcionar guias e intérpretes para as operações militares rodesianas contra as bases de guerrilheiros nacionalistas zimbabueanos em Moçambique; e b) o de trabalhar para a desestabilização da FRELIMO.

Os seus primeiros recrutas foram antigos membros africanos das forças especiais portuguesas e dissidentes da FRELIMO, que por diversos motivos haviam abandonado o regime.

¹ Regime de minoria branca que estava no poder no Zimbabwe.

² Regime segregacionista na África do Sul.

³ NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Lisboa: Europa-América, 1997.

⁴ Idem.

⁵ Jorge Jardim era um empresário português radicado na Beira, que detinha grande influência financeira e estava interessado na política.

⁶ Orlando Cristina, com a morte de Jardim, em 1976, tornou-se o primeiro secretário-geral da MNR, depois da mudança da RENAMO para a África do Sul.

⁷ MACQUEEN, Norrie. **A descolonização da África Portuguesa**. Lisboa: Inquérito, 1998.



Esta posição é reiterada no depoimento de Sérgio Vieira⁸, referindo que foi o Major Óscar Cardoso, de nacionalidade portuguesa, na altura comandante das flechas em Manica, que fugiu com os seus efetivos de Moçambique para Rodésia, em 2 de junho de 1974, quando Portugal ordenou a detenção dos elementos da PIDE/DGS nas colônias, e, num primeiro momento, são integrados nas unidades pseudoterroristas das forças armadas rodesianas. É por isso que a primeira bandeira do MNR ostentava flechas, concebidas por Óscar Cardoso, porém, estes símbolos só foram alterados em 1994, quando é introduzida a perdiz.

De acordo com Hans Abrahamson e Anders Nilsson⁹, quando Zimbabwe alcançou a sua independência, em 1980, a RENAMO passou a ser administrada pelos sulfricanos, e uma das suas primeiras tarefas foi a de tentar organizar uma direção política para a MNR, que começou, então, a chamar-se RENAMO, sendo Orlando Cristina quem apresentou o primeiro conselho desta.

Incumbências da RENAMO e os seus parceiros

De acordo com Newitt¹⁰, quando a RENAMO foi concebida na sua totalidade era uma unidade militar e não um movimento político, e foi delegada para dirigir os ataques à Moçambique, a fim de que cortassem as comunicações, desviassem a atenção do governo e agissem em auxílio das forças rodesianas em operações especiais contra a guerrilha dos nacionalistas zimbabueanos. Como prova disto, foram registados bombardeamentos nas zonas fronteiriças onde os guerrilheiros zimbabueanos tinham as suas bases, bastando-se recordar os muitos mortos na zona de Tembué, nos arredores da cidade de Chimoio.

Em consequência da queda do governo de Ian Smith, Newitt¹¹ afirmou que a RENAMO ficou privada do seu patrono, e em outubro de 1979 a sua presença significativa em Moçambique foi destruída quando uma operação de segurança da FRELIMO capturou o seu quartel general em Gorongosa, e que, em 1980, foi neste local que a RENAMO mudou com todo o seu equipamento para a África do Sul, e onde recebeu instalações para treino e uma base no norte de

⁸ Antigo Ministro da Segurança, professor e Diretor do Gabinete de Desenvolvimento do Vale do Zambeze, citado em:

NEWITT, op. cit.

⁹ ABRAHAMSON, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em Transição**: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. Tradução Dulce Leiria. 1. ed. Maputo: CEGRAF, 1994.

¹⁰ NEWITT, op. cit..

¹¹ Idem.



Transval. A partir deste primeiro momento, a chefia da RENAMO é confiada à *South African Defence Force* (SADF), tornando-se o principal instrumento de desestabilização do governo da FRELIMO. De acordo com o autor, com o novo patrono as missões são ligeiramente diferentes do antigo, pois a RENAMO tinha ordens para não atacar alvos militares ou cidades bem defendidas, mas para sabotar as infraestruturas econômicas e sociais. Por isso, os seus ataques passaram a ser contra as estradas e os caminhos de ferro, escolas, hospitais, etc., e, neste período, aconteceu a mudança de liderança a nível interno, de André Matsangaíssa¹², morto em combate, para Afonso Dhlakama¹³.

No que concerne à nova rede de apoio, surgiram delegações em Lisboa, na República Federal da Alemanha e nos Estados Unidos, não como esforço da RENAMO, mas porque a África do Sul e a administração Reagan necessitavam que o movimento de guerrilha possuísse certa credibilidade como um grupo anticomunista, como o caso da UNITA, em Angola¹⁴. De acordo com Roberto Morozzo Rocca, também houve o envolvimento de ex-colonos portugueses nostálgicos, imbuídos de espírito vingativo à FRELIMO, oferecendo certo apoio logístico para a Rodésia e África do Sul. É preciso salientar que desde os primeiros momentos da sua criação, a RENAMO assumiu dimensões internacionalistas, foi instrumentalizada, primeiramente, por regimes racistas da região, e, mais tarde, serviu aos interesses das potências capitalistas na luta contra a expansão do comunismo em Moçambique.

125

A gênese do último conflito armado em Moçambique

É missão desta parte do texto narrar a origem da Guerra dos 16 anos em Moçambique, reparando as causas da mesma, tanto internas como externas.

Causas internas da Guerra dos 16 anos em Moçambique

Na história da humanidade, em nenhum momento as guerras foram consideradas benéficas, principalmente para o povo que é a maior vítima, mesmo que em alguns casos seja o

¹² Desertor das FPLMs, onde foi comandante militar em Sofala, tornou-se o primeiro comandante da RENAMO.

¹³ Entra para o exército colonial em 1970, abandona-o em 1972, e, em 1977, vai à FRELIMO, e junta-se à RENAMO, tendo presidido este partido até 2018 quando faleceu.

¹⁴ ROCCA, Roberto Morozzo. **Moçambique da guerra à paz**: história de uma mediação insólita. Maputo: Livraria Universitária-UEM, 1998.



caminho viável. O historiador Heródoto da Grécia Antiga disse: “[...]só um louco pode desejar guerras. A guerra destrói a própria lógica da existência humana [...]”¹⁵.

Apesar dos prejuízos, os conflitos acontecem e ocupam lugares cimeiros nos panteões da história universal. Conforme Jean-Yves Calvez¹⁶, isto acontece muitas vezes em razão das incoerências da vida constitucional. Na esteira desse pensamento, Alain Dieckhoff¹⁷ reitera que é essencial ser extremamente cauteloso na garantia de direitos políticos específicos, pois este ponto é o que move a maior parte dos conflitos, bastando-se recorrer para a história universal a título de exemplo, como a Revolução Americana, a Francesa e tantas outras, que, sem dúvida, o epicentro eram as liberdades. Ademais, Aristóteles¹⁸ indica-nos outras causas que estão na origem das revoltas, como o terror, o poder demasiado, o desprezo, as intrigas, o esquecimento e o aviltamento.

Na África, as causas dos conflitos não fogem à regra, Jacques Soustelle¹⁹ enfatiza que depois da descolonização africana foram notórias por toda a parte ditaduras e a falta de respeito pelos direitos do homem. Outrossim, Brazão Mazula²⁰ destaca como causa interna dos conflitos que assolam o continente africano a inadequação das políticas e estratégias de desenvolvimento, que não respondem às expectativas dos cidadãos, gerando descontentamento e insatisfação, fato que acaba ocasionando as guerras civis. Este pensamento é defendido por Ali Mazrui e Michael Tidy²¹ ao referirem que, na África, uma das causas das guerras civis é o descontentamento das ideologias adotadas pelos novos Estados.

Lourenço do Rosário refere que “a guerra dos 16 anos foi terrível e das mais violentas de quantas houve na segunda metade do século XX. Muitos chegam à compara-la à Camboja pela irracionalidade e crueldade”²².

Todavia, mesmo com os atos macabros perpetrados pela RENAMO, ela foi considerada como “panaceia”. Deste modo, foi conquistando considerável apoio popular, principalmente de camadas que se sentiam excluídas ou marginalizadas, pois a FRELIMO mudou a face desde os

¹⁵ RIA NOVOSTI. **O mais importante é a paz**. Moscovo: Agência de Imprensa Nóvosti, 1988. p. 7.

¹⁶ CALVEZ, Jean-Yves. **Política: Uma Introdução**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

¹⁷ DIECKHOFF, Alain. **A nação em todos os seus Estados**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

¹⁸ ARISTÓTELES. **Tratado da política**. 2. ed. São Paulo: Europa-América, 2000.

¹⁹ SOUSTELLE, Jacques (1990) apud BESSA, António Marques. **A arte de governar**. Lisboa: ISCSP, 1996.

²⁰ MAZULA, Brazão. **A construção da democracia em África: o caso moçambicano**. Maputo: Ndjira, 2002.

²¹ MAZRUI, Ali A.; TIDY, Michael. **Nationalism and New States in Africa: From about 1935 to the present**. Nairobi: East Africa Educational, 1984.

²² MAZULA, op. cit., p. 345.



tempos da luta de libertação nacional, tornando-se mais autoritária com o seu povo, não permitindo ideias contrárias às suas, fato que derruba a democracia. Isto se justifica nas palavras de Daniel-Louis Seiler²³, quando afirma que nenhuma democracia funciona sem partidos políticos, na medida em que o regime democrático é ativo quando se funde na competição entre os partidos. Rocca²⁴ salienta que a transformação num partido marxista-leninista, em 1977, resultou no abandono da prática da democracia participativa ao nível das populações, que, anteriormente constituído por camponeses passou a ser formado pelo proletariado que era insignificante, fato que engendrou um sentimento de exclusão nesses, assim como foram marginalizadas as antigas autoridades tradicionais. Aliás, de acordo com Rocca²⁵, o pai do próprio líder da RENAMO foi chefe tradicional, que serviu ao regime colonial e foi destronado depois da independência nacional.

Na mesma perspectiva, foram proibidas as práticas mágico-religiosas tomadas como obscurantismo, consubstanciada no artigo 15, da Constituição de 1975: A República Popular de Moçambique realiza um combate enérgico contra o analfabetismo e obscurantismo”²⁶. Desta maneira, nega-se a cultura, que é identidade de um povo. Também, as várias congregações religiosas e comerciantes foram reprimidos. De acordo com Anícia Lalá²⁷, foi este empilhado de situações que possibilitou que a RENAMO se tornasse a maior expressão de oposição interna, apesar de tanta desumanidade causada à população. Outrossim, Severino Elias Ngoenha²⁸ evidencia que os novos Estados africanos cometeram consideráveis erros, fato que confluíu em divisões entre povos, provocando guerras entre irmãos.

Na senda das causas internas da Guerra dos 16 anos, o falecido presidente da RENAMO Afonso Dhlakama²⁹, pronunciou-se nos seguintes termos:

²³ SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

²⁴ ROCCA, op. cit..

²⁵ Idem.

²⁶ MOÇAMBIQUE. [Constituição (1978)]. **Constituição da República Popular**. 1 ed. Maputo: Assembleia Popular 1978. p. 21.

²⁷ LALÁ, Anícia. Dez anos de paz em Moçambique: da visão normativa à perspectiva realista. **Estudos moçambicanos**, Maputo, n. 20, p. 19-40, 2002. Disponível em: http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/05-06/mackintosh_em_05-06.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

²⁸ NGOENHA, Severino Elias. **Das independências às liberdades**. Porto: Edições Paulinas, 1993.

²⁹ MAZULA, op. cit., p. 32.



Quando iniciamos a nossa luta, tínhamos um único grande objectivo, não nos importávamos de correr riscos, mesmo chegando ao ponto de sacrificarmos as nossas vidas, sempre na esperança de um dia, podermos devolver a voz a quem não tinha, podermos repor a dignidade do cidadão moçambicano, podermos devolver o Estado a Moçambique. Lutamos sempre com o único objectivo de estabelecer o respeito pela cultura e tradição do nosso povo, restabelecer o respeito pelos direitos humanos, restabelecer a liberdade religiosa, ajudar a que Moçambique se tornasse num Estado de direito, democrático, onde a justiça social e o desenvolvimento fossem realidades visíveis aos olhos de todos.

André Thomashausen³⁰ também é unânime em afirmar que o objetivo da RENAMO foi o mesmo de sempre de todos os nacionalistas, um Moçambique verdadeiramente independente, democrático e multipartidário.

Todavia, os depoimentos de Dhlakama e dos autores acima citados são questionáveis, considerando que até início da década de 80, a RENAMO, a nível interno, não era um movimento político, e que, a nível externo, foi criada para a defesa de interesses rodesianos, sulafricanos e americanos. Basta olhar ainda pelo envolvimento das forças da RENAMO e das rodesianas para o ataque aos depósitos de petróleo na Beira, em março de 1976, período em que a FRELIMO nem havia se declarado marxista-leninista. Posição similar foi a de Sérgio Vieira³¹, que, antes de 1977 (da afirmação do marxismo-leninismo pelo partido FRELIMO) defendeu que não existia qualquer contradição ou frustração interna que fundamentasse um conflito armado.

Na África, muitas guerras têm origem no fator da etnicidade, o que ocasiona lutas interétnicas, devido ao seguidismo de carácter étnicoregional das populações em relação aos seus líderes. E o que dizer de Moçambique? Questiona-se se o último conflito armado tem esta mesma motivação, tendo em conta que os primeiros comandantes militares da RENAMO foram da região central do país e falantes da língua Ndau³². As evidências mostram que não é isto, se considerar a sorte que houve, que, no caso da FRELIMO, era dirigida inicialmente por um antropólogo e sociólogo, e também pelo fato do primeiro presidente de Moçambique independente ter como base do seu discurso a luta contra o tribalismo, promovendo desta feita a unidade nacional, pese embora em algum momento da história do país o fator étnico

³⁰ JOSÉ, Alexandrino; MENESES, Maria Paulo. **Moçambique - 16 Anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a década de 90.** Maputo: CEGRAFE. 1992.

³¹ MAZULA, op. cit.

³² Uma das línguas falada em Sofala pela etnia do mesmo nome (ndau).



consubstanciou a ascensão de certos cargos públicos. Abrahamson e Nilsson³³, não descartando a questão de humilhação entre as etnias, são unânimes em reconhecer que esta situação não influenciou a guerra em Moçambique, pois referem que a questão da dominância do grupo Ndaus no seio da RENAMO relaciona-se com três elementos essenciais: a) o histórico, depois do exército colonial não ter conseguido neutralizar a FRELIMO na operação Nó Górdio, entre 1969 e 1970. Na tentativa de parar o avanço das forças da FRELIMO para outras regiões do país, ao se aproximar do corredor da Beira o poder colonial decidiu recrutar um grande número de membros nestas áreas, nomeadamente Manica e Sofala. Portanto, mais tarde, estes grupos fizeram parte do regime da Rodésia para combater os movimentos de guerrilha zimbabueana e o regime da FRELIMO; b) o número maior de comandantes falantes da língua Ndaus, o que, naturalmente, relaciona-se com as zonas de origem; c) o fato dos principais dissidentes da FRELIMO, no período entre 1968 e 1970, terem as suas origens no centro do país, como em Urias Simango.

Abrahamson e Nilsson³⁴ reconhecem que os três elementos apresentados seriam o suficiente para considerar uma guerra. Contudo, a fundação da RENAMO sempre esteve ladeada de interesses estrangeiros, sendo da Rodésia, e, posteriormente, da África do Sul. É evidente que alguns cidadãos a olho desnudo, pensem que a guerra tenha motivos étnicos, tendo em conta que, num passado não muito distante, a maior parte dos dirigentes seniores do partido FRELIMO e do Estado eram provenientes da zona sul do país. Aliás, é por causa disto que a RENAMO afirma ser a força legítima que defende a unidade nacional e repudia o tribalismo dos sulistas.

Causas externas do conflito

Muito provavelmente, a causa externa cimeira do conflito seja pelo fato de Samora Machel ter sido solidário com o movimento de guerrilha zimbabueano contra o regime de Ian Smith, que tinha suas bases em Moçambique. Como mostrou Maureen Mackintosh³⁵, de 1976 até meados de 1980, o governo moçambicano fechou as fronteiras com a vizinha Rodésia em

³³ ABRAHAMSON; NILSSON, op. cit.

³⁴ Idem.

³⁵ MACKINTOSH, Maureen. O capital privado e o Estado no sistema de transportes da África Austral: as implicações da actual organização do transporte de carga na planificação de Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 5/ 6, p. 83-128, 1986. Disponível em: http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/05-06/mackintosh_em_05-06.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.



cumprimento das sanções da Organização das Nações Unidas (ONU) e como apoio à luta aos movimentos de libertação do Zimbabué ao derrubar o regime rebelde de Ian Smith. Newitt³⁶ afirmou que, de princípio, a política externa moçambicana encontrava-se na mesma linha que caracterizava a administração do presidente americano Jimmy Cárter (democrata), que combatia os regimes racistas na África Austral, durante a segunda metade da década de 1970. O governo de Moçambique manifestou forte apoio aos movimentos de libertação na África Austral, permitiu que o ANC pudesse instalar-se no país, entrou para o movimento dos não-alinhados, não numa posição de neutralidade nos assuntos internacionais, mas no sentido de combater o imperialismo em todo o mundo, tendo votado na ONU ao lado da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e esforçou-se por apoiar os movimentos de guerrilha sul-americanos em El Salvador e na Nicarágua, e, simultaneamente, procurou celebrar acordos de auxílio bilaterais com a Líbia, Índia, Argélia e Iraque.

Entretanto, os ventos democráticos cessaram de soprar. Quando em 1980 o republicano Ronald Reagan ascende à presidência dos EUA, as contradições a nível global e regional coincidiram completamente, dado que na África do Sul, John Vorster³⁷ foi derrubado do poder, em 1978, e teve como sucessor Pieter Willem Botha³⁸, menos liberal que o seu antecessor. Os dois governantes, recém-chegados ao poder, fortaleceram as suas alianças, tornando eminente o perigo para os seus inimigos, como refere Kenneth Waltz³⁹: “os fracos vivem vidas perigosas, os Estados fracos operam em margens estreitas, os seus actos inoportunos, políticas imperfeitas e movimentos inoportunos podem ter resultados fatais”. Ora, Abrahamson e Nilsson⁴⁰ contam que a definição de amigo e inimigo, a nível global (super potências), coincidiu com a de amigo e inimigo em relação ao sistema de Apartheid na África Austral, sendo que países como Moçambique e Angola ficaram do lado errado, ou seja, foram considerados como inimigos, tanto a nível global como regional. Por conta das estratégias socialistas de desenvolvimento destas, foram vistas como aliadas da União Soviética e do comunismo mundial, e devido ao seu apoio ao ANC tornaram-se inimigas acérrimas do regime branco da África do Sul. Outrossim, Aquino

³⁶ NEWITT, op. cit..

³⁷ Primeiro-ministro sul-africano, que pretendia dominar economicamente a região Austral de África.

³⁸ Sucessor de Vorster e mentor da política estratégia total.

³⁹ WALTZ, Kenneth N. **Teoria das relações internacionais**. 1. ed. Lisboa: Gradiva, 2002. p. 265.

⁴⁰ ABRAHAMSON; NILSSON, op. cit..



Bragança e Jacques Depelchin⁴¹ referem que a FRELIMO foi apresentada como uma organização submetida aos interesses dos países socialistas, fato que a tornou vulnerável à agressão de países imperialistas. A política externa de Reagan foi o de “alavancar” o orgulho americano, promovendo uma guerra fria, pois, no tempo da administração Carter, os EUA assistira pacificamente o “galgar no terreno” da URSS, expandido a sua política no mundo, principalmente no terceiro mundo, lutando, assim, contra a expansão do capitalismo. Newitt⁴² lembra que, com Reagan, os que estavam interessados em promover a Guerra Fria, independente do verdadeiro motivo, tinham a soberana oportunidade, e a África do Sul soube segurá-la no momento certo, não tardando em desfrutá-la. Imediatamente, prestou apoio aos movimentos rebeldes nos países vizinhos, criando uma autêntica desestabilização à região. De acordo com o autor, o principal motivo da desestabilização na África Austral não era o de combater os regimes comunistas, que apoiavam movimentos como a ANC da África do Sul e a SWAPO da Namíbia, mas havia interesses econômicos. Na realidade, pretendia impedir que a SADCC se tornasse uma força econômica na região, assim como os caminhos de ferro e os portos que ligavam os países da SADCC ao mundo exterior, e que não se encontravam sob o controle sulafricano, foram desativados, e como prova deste fato foram sabotados, no início da década de 1980, os caminhos de ferro para Beira (Moçambique) e Lobito (Angola).

Com a demonstração de que a África do Sul tinha primariamente objetivos econômicos e depois políticos, justifica-se que em nenhum momento pretendeu substituir os governos vizinhos por clientes seus, e não foi demonstrado empenho algum na tentativa de derrubar os governantes dos Estados da linha da frente. Neste pensamento, Newitt⁴³ citou que “os seus interesses seriam bem servidos com a existência de regimes fracos nominalmente marxistas ou esquerdistas”, uma vez que com a queda destes regimes provavelmente cessaria a aliança com a administração Reagan e com todas as instituições anticomunistas, tendo em conta a sua política interna de Apartheid, que era alvo de crítica internacional.

⁴¹ BRAGANÇA, Aquino; DEPELCHIN, Jacques. Da idealização da FRELIMO à compreensão da história de Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 5/6, p. 30-52, 1986. Disponível em: http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/05-06/braganca-depelchin_em_05-06.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

⁴² NEWITT, op. cit.

⁴³ Ibidem, p. 481.



As metamorfoses sociopolíticas, econômicas e culturais após o conflito

A situação internacional

Com a Segunda Guerra Mundial, o mundo ficou dividido em duas esferas de influência, o americano e o soviético, o que Adriano Moreira⁴⁴ designou de dois mundialismos. Como tal, vários conflitos eclodiram ao redor da terra, resultantes da competição entre as potências referidas, munidas cada uma do seu projeto mundialista. Para a consecução de seus interesses, principalmente em África, os ocidentais criaram movimentos armados para conseguir as mudanças que tanto almejavam, em detrimento da via de desenvolvimento socialista, tal como aconteceu em Moçambique com a RENAMO.

Terminada a Guerra Fria, com a queda da União Soviética, considerada o baluarte do comunismo, os ventos democráticos voltaram a soprar para todos os cantos do continente, mesmo onde outrora soprara com menor intensidade. No caso de Moçambique, Manuel Matsinhe⁴⁵ refere que, desta vez, o ocidente foi o grande “padrinho”.

Com o ocidente no comando dos destinos da humanidade, é natural que passou a ditar as regras do jogo. Os países como Moçambique, que outrora eram “afilhados” do leste, tiveram que suportar todo o tipo de imposição, mesmo sabendo que algumas destas não coadunavam com as suas realidades sociais e nem com os seus anseios.

Aos olhos dos ocidentais, os regimes socialistas não promovem a democracia, são contra o capital privado, e a economia é centralizada, o que não deixa espaço de manobra para os capitalistas. António Teixeira Fernandes⁴⁶ salienta que os governos socialistas, quer na sua formação, quer no seu exercício, desprezam as liberdades formais. Assim, Robert Dahl⁴⁷ argumenta que os governos populares são os que mais têm falhas, se comparado aos capitalistas, pois parte da população adulta está excluída do sufrágio ou de outras formas de participação política. Para Darcy Azambuja⁴⁸, nestes regimes há a negação dos direitos individuais (a vida, a propriedade, a liberdade de locomoção, de culto, de expressão de pensamento dos indivíduos,

⁴⁴ MOREIRA, Adriano. **Ciência Política**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2006.

⁴⁵ MATSINHE, Manuel. **Reflexões de África**. Lisboa: Quod, 2000.

⁴⁶ FERNANDES, António Teixeira. **A sociedade e o Estado: sociologia das formações políticas**. Porto: Afrontamento, 1997.

⁴⁷ DAHL, Robert. **A Democracia**. 1. ed. Lisboa: Atividades Editoriais, 2000.

⁴⁸ AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. 17. ed. São Paulo: Globo, 2005.



etc.). Nesse sentido, Calvez⁴⁹ defende que os direitos do homem são sublimes e que devem ser respeitados por todo o poder instituído. A este propósito, Pedro Almiro Neves⁵⁰ refere que se não existe liberdade política, não existe as demais liberdades. Mazula⁵¹ afirma que não basta reconhecer e respeitar estes princípios, pois é necessário que eles sejam protegidos e assegurados pelo Estado e por outras instituições de governo.

Portanto, todos estes atributos mostram que a democracia, quando bem arraigada pelas sociedades, proporciona uma imensidão de benefícios, em detrimento ao socialismo. Sendo o modelo dominante nos países ocidentais e capitalistas, para que os pequenos países socialistas sobrevivam são forçados a abandonar a via de orientação socialista, optando por uma reconstrução econômica e política em condições novas e modificadas.

Principais vencedores do conflito

Tendo em conta que a gênese da guerra era meramente capitalista, visando a transformação e a mudança da sociedade moçambicana, outrora socialista, é motivo de dizer que eles venceram na medida em que os seus objetivos foram materializados. Aliás, Moçambique viu-se obrigado a abandonar o sistema socialista, quando notou que a própria URSS também estava em crise, como apontaram Leonel Itaussu Mello e Luís César Amad Costa⁵², ao afirmarem que a União Soviética viu-se na contingência de reduzir os gastos militares, fato que a levou a diminuir a ajuda econômica aos países que estavam na sua dependência.

Como prova disso, em virtude da situação econômica, devido ao conflito, Moçambique necessitou de um financiamento internacional das grandes instituições financeiras, sendo, no entanto, obrigado a fazer a sua reabilitação econômica. Simultaneamente foram tomadas outras medidas políticas com o objetivo de adaptar a constituição do país à liberalização econômica e política, abandonando a via de orientação socialista em benefício da economia de mercado e do sistema multipartidário. Só para elucidar, a Constituição de 1990⁵³, em seu artigo 31, número 1,

⁴⁹ CALVEZ, op. cit.

⁵⁰ NEVES, Pedro Almiro. **Textos de Introdução à Política**. Porto: Porto Editora, 1983.

⁵¹ MAZULA, op. cit..

⁵² MELLO, Leonel Itaussu; COSTA, Luís César Amad. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Scipione, 1993.

⁵³ MOÇAMBIQUE. [Constituição (1990)]. **Constituição da República**. 1. ed. Maputo: Assembleia Popular, 1990. p. 17.



diz que “os partidos expressam o pluralismo político, concorrem para a formação e manifestação da vontade popular [...]”.

No mundo de relações internacionais, afirma-se que o suspiro dos grandes é motivo de convulsões para os pequenos, pois os nossos destinos, os nossos anseios, quer seja político, social, econômico ou cultural, mais uma vez ficaram a mercê dos outros, fato observado por Mikhail Vichinski⁵⁴ ao afirmar que a câmara dos representantes do Congresso dos EUA adotou uma emenda segundo a qual a assistência econômica à Moçambique dependia da redução do número de especialistas dos países socialistas.

Portanto, a ideia de que o último conflito armado em Moçambique era interesse de capitalistas ocidentais é novamente consumado, uma vez que nem o governo da FRELIMO venceu, nem a própria RENAMO, mas sim os ocidentais, pois são os que pressionam o governo à sua vontade. Mais uma vez, os promotores da guerra (o regime sul-africano do Apartheid e aos americanos) foram os grandes vencedores, na medida em que cada um teve o que esperou. A África do Sul investiu na guerra como forma de inviabilizar o crescimento econômico que os países da linha da frente almejavam, desestabilizando, neste caso, a espinha dorsal que é Moçambique, dado a sua posição estratégica e privilegiada, e os americanos ganharam mais um aliado na sua luta contra o comunismo internacional durante a Guerra Fria.

Nesse sentido, fica provada a ideia de que não foi a RENAMO quem pressionou de forma direta o governo a implementar a democracia multipartidária, talvez indiretamente. O Protocolo II, referente aos critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos, assinado no dia 13 de novembro de 1991, entre a delegação do governo da República de Moçambique, delegação da RENAMO e equipe de mediadores, acordou a necessidade de garantir a implementação da democracia multipartidária, na qual os partidos concorram livremente. Nessa conjuntura, o multipartidarismo já era um dever constitucional, consagrado na Constituição de 1990, antes da RENAMO ter discutido o assunto formalmente com o governo.

Com muita eloquência, Ngoenha⁵⁵ salienta que o país foi quem perdeu a guerra, na medida em que aconteceram retrocessos do ponto de vista econômico, humano e social, que resultou na destruição do tecido social construído com muito suor e sacrifício, e aumentou a

⁵⁴ VICHINSKI, M. P. **Sul da África: o Apartheid, o colonialismo e a agressão**. Moscovo: Progresso, 1987.

⁵⁵ NGOENHA, Severino Elias. **Os tempos de filosofia. Filosofia e democracia moçambicana**. Maputo: Imprensa Universitária da UEM, 2004.



dívida externa. Apesar de a guerra ter trazido muitos prejuízos aos moçambicanos, o autor aponta como a democracia representa grande vitória para aos moçambicanos, pois na medida em que há um parlamento representativo e o mercado é livre, há existência legal de partidos políticos.

Considerações finais

O conflito que marcou Moçambique logo após a independência, atingiu proporções alarmantes. Independentemente da gênese, os crimes cometidos, quer seja da parte da RENAMO, como do próprio governo da FRELIMO, foram hediondos. A RENAMO salienta que nem todas as barbaridades foram por eles executadas, na medida em que as forças governamentais em alguns momentos massacravam a população, principalmente, na zona rural, alegando que eram partidários da RENAMO. Aliás, é por isso que a RENAMO diz que ao levar à cabo a guerra, fê-la com o objetivo de entregar o país ao povo moçambicano, dar a voz a este para que pudesse participar ativamente do cenário político, social, econômico e cultural, e para que Moçambique fosse de todas as tribos nacionais e não apenas das sulistas.

Com a materialização da pesquisa, foram descortinados os verdadeiros motivos da criação da RENAMO, dentre eles, a instrumentalização do movimento, no sentido em que foi criada para servir aos interesses dos regimes racistas e minoritários da região, nomeadamente, de Ian Smith, da Rodésia, e, posteriormente, do Apartheid na África do Sul.

O novo Estado moçambicano foi infeliz por nascer numa zona bastante perigosa de África, considerada baluarte do racismo. Nesse sentido, a nível da política externa, os dirigentes compreenderam que o país não seria livre enquanto tivesse povos oprimidos, discriminados por regimes minoritários. Na tentativa de conceder apoio aos movimentos de guerrilha destes países, os fatos se agudizaram na medida em que seus regimes apertaram o cerco ao país. Para piorar, pelo fato de Moçambique ter escolhido a política de orientação marxista-leninista, no auge da Guerra-Fria teve que arcar com todas as consequências na medida em que entrou para a “lista negra” dos capitalistas e ocidentais. Portanto, não foi apenas a África do Sul que desestabilizou Moçambique, mas também grandes potências como os EUA, Alemanha Federal e tantos outros capitalistas.

Contudo, o embrião do último conflito armado não foi meramente político, nem por Moçambique ter escolhido o socialismo, mas apenas uma alavanca para que o regime da África do Sul pudesse granjear algumas simpatias no mundo ocidental, pois devido à sua política de



opressão e segregação racial teve algumas sanções por parte da ONU, e para colher benefícios pronunciou-se como perseguidor dos regimes comunistas da região, nomeadamente, a FRELIMO em Moçambique e o MPLA em Angola. Como tal, as suas ações desestabilizadoras contra os regimes comunistas foram aplaudidas. Ficou claro que o grande objetivo da desestabilização foi o fator econômico. O propósito era impedir o progresso da SADCC. A África do Sul queria manter o seu poderio econômico na região, deixando todos os países desta sob o seu domínio, sendo que Angola e Moçambique ocupavam posições estratégicas no processo, devido aos portos e aos caminhos de ferro.

Naturalmente, depois de um conflito surgem mudanças, quer seja boas ou não, e há sempre vencedores e perdedores. No caso de Moçambique, o sabor da vitória foi bem comemorada pelos principais fomentadores, isto é, os EUA e o regime sul-africano do Apartheid, pois os verdadeiros motivos pretendidos por estes foram logrados. Moçambique teve que mudar a via de desenvolvimento socialista para capitalista, seguindo, naturalmente, quase todos os parâmetros deste. Considerando a democracia como o alicerce fulcral, toda a região da África Austral passou a depender economicamente da África do Sul.

Moçambique foi o maior perdedor do conflito, na medida em que as infraestruturas sociais e econômicas foram abandonadas o índice de desenvolvimento humano caiu, a pobreza e a miséria cresceram, a dívida externa não parou de crescer, e investiu-se, sobretudo, nas infraestruturas danificadas durante a guerra. Apesar destes elementos sombrios, o povo teve um grande presente, embora envenenado, a democracia. Na medida em que a participação popular na política é uma realidade, as pessoas são livres e podem se deslocar com muita facilidade para qualquer ponto do país sem a necessidade das famosas guias de marcha; podem criticar livremente as ações políticas inoportunas, dentre outras realizações democráticas.

